



ASPECTOS DA SOCIEDADE REGIONAL À LUZ DO JORNAL CRUZ ALTA¹

ASPECTS OF THE REGIONAL SOCIETY IN THE VIEW OF THE CRUZ ALTA NEWSPAPER

Vânia Maria Abreu de Oliveira²
Tiago Anderson Brutti³

Resumo: Esta pesquisa busca reconstituir acontecimentos históricos relativos à vida social no município de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, particularmente a partir de narrativas impressas no jornal Cruz Alta (Orgam do Partido Republicano) ao final do século XIX. São analisadas edições desse jornal, de 1897 e 1898, bem como obras de autores como Felix (1987), Pesavento (1977; 1992), Rocha (1980) e Gadamer (1998). Busca-se, antes de tudo, compreender as condições da política na primeira república e analisar a situação social regional naquela época. A leitura do jornal permitiu observar as potencialidades dessa fonte, o imaginário de atores políticos, a circulação de informações e o intercâmbio de ideias. A relevância da pesquisa está no resgate da história regional desse período por meio de um estudo bibliográfico e exploratório sobre a política, a cultura e a sociedade.

Palavras-chave: Cultura. Política. República.

Abstract: This research intends to reconstruct historical conditions related to social life in the municipality of Cruz Alta, Rio Grande do Sul, particularly from narratives selected in the newspaper Cruz Alta (Organ of the Republican Party) until the late nineteenth century. Editions of this journal from 1897 and 1898 are analyzed, as well as works by authors such as Felix (1987), Pesavento (1977; 1992), Rocha (1980) and Gadamer (1998). It is intended, first of all, to understand the conditions of politics in the first republic and to analyze the regional social situation of the time. Reading the newspaper allowed us to observe the potential of this source, the imagination of political actors, a circulation of informations and the exchange of ideas. This research is relevant because rescue the regional history of this period through a bibliographical and exploratory study on politics, culture and society.

Keywords: Culture. Politic. Republic.

¹ Artigo recebido em 20 de julho de 2019 e aceito para publicação em 14 de outubro de 2019.

² Doutora em História pela PUC/RS. Professora no PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ. Email: vfreitas@unicruz.edu.br, orcid: 0000-0001-5888-2681, researchID: W-7546-2019

³ Doutor em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ. Professor no PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ. Email: tbrutti@unicruz.edu.br, orcid: 0000-0003-3216-4221, researcherID: I-3008-2015

O campo da história contribui expressivamente para a produção das memórias de uma sociedade. As cidades, reconhece Polèse (1998), constituem o centro da civilização contemporânea e da sociedade civil. Elas tem sido pensadas como o *locus* da inovação e da cultura. Foi por meio do processo de urbanização que se tornou possível a disseminação de ideais revolucionários e o nascimento de novas relações sociais.

Cruz Alta foi um dos primeiros povoamentos urbanos do Estado do Rio Grande do Sul, hoje formado por 497 municípios. Com a colonização europeia do extremo sul do Brasil e a criação da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, foram instituídas quatro vilas em 1809, a saber, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Foi dessa divisão inicial que se formaram os demais municípios do Rio Grande do Sul.

Para a elaboração deste artigo foram utilizados, principalmente, como fontes de pesquisa, edições do jornal Cruz Alta (Orgam do Partido Republicano), de 1897 e 1898, bem como obras de autores como Felix (1987), Pesavento (1977; 1992), Rocha (1980) e Gadamer (1998), além de sítios na internet e da biblioteca virtual do IBGE. As narrativas publicadas nesse jornal durante os anos pesquisados permitem imaginar a situação política e social da comunidade, bem como as práticas de uma sociedade marcada no seu cotidiano pela propaganda republicana.

Em relação à consciência histórica, Gadamer (1998) argumenta que ela está ligada a consciência da historicidade de tudo aquilo que consideramos presente e ao reconhecimento da relatividade de qualquer opinião. Segundo o filósofo, a consciência histórica difere na modernidade do modo pelo qual anteriormente o passado se apresentava a um povo ou a uma época. Essa consciência moderna passou a questionar com mais intensidade uma tradição fechada sobre si mesma e a reconhecer a possibilidade de uma múltipla relatividade de pontos de vista. Ter senso histórico, afirma Gadamer (1998, p. 17), implica "[...] superar de modo consequente a ingenuidade natural que nos leva a julgar o passado pelas medidas supostamente evidentes de nossa vida atual, adotando a perspectiva de nossas instituições, de nossos valores e verdades adquiridos."

As edições escolhidas do jornal registram mensagens sobre assuntos como a situação dos trabalhadores assalariados, a urbanização, a disputa política, a condição da mulher, a escravidão e, além disso, a questão do progresso frente à nova forma de governo que se instaurava. Destaca-se que houve constantes impugnações de grupos classificados

pelos próprios republicanos como rebeldes, que desejavam restabelecer a monarquia como forma de governo. Observa-se nesses jornais as paixões políticas e o intrincado jogo relacionado ao poder público, o que exigiu dos pesquisadores, além de uma sustentação teórica, um olhar atento e crítico para avaliar os acontecimentos a partir do contexto geral da época e das circunstâncias regionais.

Fundação do município de Cruz Alta

O território onde se instalou a municipalidade de Cruz Alta e as terras em geral invadidas por povos europeus foram originalmente o habitat de diferentes povos indígenas ao longo de milhares de anos. As origens do município remontam ao final do século XVII, quando em 1698 foi erguida uma cruz de madeira a pedido do padre jesuíta Anton Sepp von Rechegg. Com a demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, a linha divisória que separava as terras da Espanha das de Portugal cortava o território rio-grandense exatamente por esse local. Esse imenso corredor passou a receber um grande fluxo de pessoas das mais variadas ocupações, como, por exemplo, comerciantes, desertores do Exército, contrabandistas e imigrantes (PREFEITURA, 2017).

A história rio-grandense têm como uma de suas características a luta por ideais políticos. Enfatizaremos neste estudo questões ligadas à formação de Cruz Alta e às políticas públicas adotadas nas suas primeiras décadas. A fundação do município ocorreu em 18 de agosto de 1821. Nas palavras de Pozzebon (2002, p. 86), “[...] Cruz Alta enfim sai de simples local de descanso de tropas de gado para um pequeno povoado, entendido como divisão administrativa, povoação com edificação de cultos religiosos”.

A instalação do município, no entanto, somente ocorreu em 4 de agosto de 1834, quando o povoamento foi reconhecido como Vila de Cruz Alta, tendo sido constituído o poder público local. De acordo com Rocha (1980, p. 27), “[...] a Câmara assumiu o controle da nascente unidade político-administrativa, eis que o poder executivo era apenas representado na pessoa de um procurador, escolhido à imagem e semelhança da própria casa legislativa”. O autor acentua que essa organização política refletia a estrutura imperial do Brasil.

Cruz Alta adquiriu ao longo do século XIX relevância no cenário socioeconômico e cultural do sul do Brasil, tendo sido o local de nascimento de personagens centrais da Primeira República e palco de

muitos dos episódios políticos, militares, econômicos e religiosos que marcaram a história do Estado do Rio Grande do Sul, a exemplo da Revolução Farrroupilha, quando o município, recém criado, foi alvo de incursões militares e especulações políticas. A cidade recebeu, nas dependências da Câmara de Vereadores, o Alto Comando Farrapo em janeiro de 1841, com a presença de Bento Gonçalves, Giuseppe Garibaldi, Anita Garibaldi, David Canabarro, entre outros (PREFEITURA, 2017).

Rocha (1980) destaca que a Vila de Cruz Alta não dispunha de uma estrutura adequada para atender as necessidades da população e promover o progresso, fazendo-se necessário, por exemplo, construir pontes e abrir estradas a fim de atender as carências do povoado. Os Relatórios da Câmara Municipal da Vila de Cruz Alta encaminhados à Assembleia Legislativa apontavam em 1853 que as obras eram necessárias e atendiam ao interesse provincial.

A economia da Vila baseava-se no tripé erva mate, mulas e gado bovino. Segundo Rocha (1980, p. 53), “[...] o principal item de arrecadação era constituído pelo imposto sobre a exportação da erva mate”. A economia e a sociedade no sul do país se transformavam e a população das primeiras vilas crescia. Esse crescimento e o surgimento das primeiras casas comerciais na Vila de Cruz Alta gradativamente foram conferindo traços urbanos ao território. O desenvolvimento urbano foi impulsionado de modo mais intenso a partir da segunda metade do século XIX.

Numerosos habitantes do município atuaram como “voluntários” do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870) sob o comando do coronel Jango Vidal e do brigadeiro José Gomes Portinho nas companhias de voluntários nº 19 e 40 da 4ª Divisão de Cavalaria. De acordo com Cavaleri (2001), o município, na época da Revolução Federalista de 1893, foi apelidado de “ninho dos Pica-Paus”, tendo sido um dos campos de batalha dessa cruel guerra civil. A degola dos inimigos de ambos os lados foi uma prática frequente nesse período.

Revolução federalista

Em linhas gerais, a vitória de Júlio de Castilhos na Revolução Federalista permitiu sua consolidação no poder, mantendo-se o bipartidarismo. Felix (1987, p. 93) acentua que no contexto da Revolução Federalista a

[...] transição política apresenta um elemento marcante: a substituição do poder político do coronel José Gabriel da Silva Lima por um representante do PRR [Partido Republicano Rio-grandense], o general Firmino de Paula [...] coronel da Guarda Nacional, primo de Júlio de Castilhos e homem de absoluta confiança de Borges de Medeiros.

A Revolução Federalista deixou marcas profundas na sociedade regional, como narra o jornal Cruz Alta de 26 de agosto de 1897:

Cruz Alta - A data de hoje
Completam-se hoje três anos que a turma faminta e sedenta de sangue invadiu esta grande e hospitaleira terra com o fim de levar tudo a razão. Nada entretanto conseguiam fazer os mashorqueiros assassinos partidários do tredo federalismo, porque o partido republicano grande e unido, defensor acerrimo do direito ameaçado pelos covardes inimigos da república [...] No memorável 26 de agosto de 1894 ficou patentemente comprovado o heroísmo dos abnegados cruzaltenses que seguindo a voz de seu comandante o imperrito republicano, coronel José Gabriel da Silva Lima, derrotaram galhardamente os malignos e perversos inimigos⁴.

A proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil ocorreu em 15 de novembro de 1889. Os fatos que levaram a esse evento incluem uma série de mudanças e crises políticas ocorridas durante o reinado de Dom Pedro II, que deram suporte à agitação republicana. Em 1891 foi promulgada a primeira Constituição Republicana.

Pesavento (1977) destaca que a instalação da forma de governo republicana no Estado do Rio Grande do Sul

[...] implicou a adoção de uma forma de governo autoritária, inspirada na república ditatorial de Comte. Adotando uma perspectiva de promover progresso econômico sem alteração da ordem social, assegurava o domínio das “classes conservadoras” no Estado. Júlio de Castilhos, o ideólogo e estadista máximo deste período inicial

⁴ Em todas as transcrições de textos de jornais do final do século XIX foi mantida a grafia usada na época.

de implantação da República, foi praticamente o único autor da Constituição Estadual de 14 de julho de 1891. Nela se estabelecia a presença de um legislativo estadual com poderes limitados a questões orçamentárias (aprovar a receita e despesa do Estado) e de um executivo forte com poderes de legislar por decreto sobre matérias não financeiras (p. 77).

Esse momento histórico é marcado, também, pelo processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. As fazendas de café e outras lavouras brasileiras passaram a se modernizar. As cidades logo cresceram e nelas as primeiras indústrias se instalaram.

As condições socioeconômicas regionais

Na década que antecedeu e na que se seguiu à proclamação da República a lavoura exportadora de café adquiriu maior importância na economia brasileira. Com a abundância de terras e de mão de obra, produzindo-se "muito" e "barato" para o mercado internacional, a cafeicultura brasileira manteve o monopólio do fornecimento desse produto e garantiu a entrada de divisas no país:

O crescimento de um setor industrial manufatureiro encontra-se intimamente associado ao crescimento das cidades. Estas, evidentemente, preexistiam ao desenvolvimento industrial, mas é no bojo da transformação capitalista da sociedade brasileira que se deu a emergência paralela do crescimento urbano (PESAVENTO, 1992, p. 32).

A acumulação de capital proporcionada pelo café contribuiu para que as ideias europeias de progresso e de civilização fossem introduzidas no Brasil. Em função do complexo cafeeiro, aparelharam-se portos, construíram-se vias férreas, adquiriram-se máquinas e outros produtos europeus:

As cidades cresciam e transformavam-se, criavam-se bancos para atender as necessidades de uma economia em expansão e para fazer frente à massa de salários num país que deixava para trás a escravidão. As chaminés das fábricas nascentes passaram a alterar, pouco a pouco, a fisionomia de uma nação predominantemente agrária. O café, o trabalho livre, a indústria e a urbanização tornaram-se sinônimos do progresso, riqueza,

civilização e regime republicano (PESAVENTO, 1992, p. 14).

Pesavento (1992) comenta o tipo de indústria que predominou no Rio Grande do Sul sob a Primeira República:

[...] neste período é possível delinear o tipo específico de indústria que caracterizaria o Rio Grande do Sul: as "indústrias naturais", que utilizavam a matéria-prima local de origem inicialmente e principalmente agropecuária, com o que o Rio Grande do Sul confirmava a sua vocação de celeiro do país, ou seja, além de produzir para o mercado regional o estado especializava-se no fornecimento ao mercado interno brasileiro de gêneros de subsistência, in natura ou beneficiados. Ao lado destas indústrias naturais, estabeleceu-se no estado um modesto, porém estável ramo de indústrias artificiais: o metal-mecânico, que se utilizava de matéria prima importada para fabricar máquinas e peças para o serviço da lavoura e da indústria (p. 16).

Os processos industriais em desenvolvimento no Brasil contribuiriam para a emergência da urbanização associada ao modo de produção capitalista, representando não apenas inovações na organização da produção, mas, também, nas formas de comportamento e nos valores do convívio social e político da população.

A movimentação urbana cresceu com a instalação de indústrias ao longo da história republicana. Sobrevieram, contudo, muitos problemas sociais, como na área da segurança pública. O aumento dos crimes e das contravenções, um dos maiores problemas da administração urbana ao final do século XIX, constituiu, também, uma das maiores preocupações dos habitantes das cidades. Pesavento (1992, p. 55) discorre sobre o tema no livro "O cotidiano da República":

Um dos elementos centrais deste fenômeno foi a identificação que se fez, no imaginário burguês, das classes trabalhadoras como classes perigosas ou pelo menos como potencialmente perigosas. Esta identificação sem dúvida deriva daquela que era a questão central para a burguesia: garantir dominação do capital sobre o trabalho, mantendo os subalternos atrelados a uma cadeia de laços ao mesmo tempo econômicos, sociais, institucionais e morais. Daí, por si só, a visualização dos subalternos como perigosos: pobres, mal vestidos

e mal alimentados morando em habitações apertadas, distantes e pouco higiênicas, obrigados a trabalhar longas jornadas em troca de baixos salários, eram potencialmente um perigo para a ordem burguesa e seu corolário de progresso. Some-se a esta situação a aglomeração populacional nas cidades, onde os laços de convivência se tornavam mais estreitos e o acesso às informações se fazia mais rápido, e tem-se o espectro da turbulência, da tensão social e da rebelião convivendo com a sociedade burguesa e obrigando a desenvolver variados mecanismos de controle.

A falta de segurança nas cidades se expressava em crimes e arruaças que ameaçavam a vida, a propriedade e a ordem burguesa. De acordo com Pesavento (1992, p. 56-58), os acusados de vagabundagem e de desordem eram prejudgados como os principais responsáveis pela falta de segurança nas cidades, por serem considerados avessos ao trabalho e aos bons costumes.

Pesavento (1992) acentua que, embora na maior parte dos casos o mau comportamento fosse considerado de responsabilidade de grupos de arruaqueiros, a sociedade teria percebido que, muitas vezes, as trocas de tiros e outras violências registradas ocorriam entre os próprios trabalhadores. Desse modo, alertava-se a opinião pública que mesmo os trabalhadores poderiam ser perigosos. A prisão, nesse contexto, poderia se tornar um instrumento de readaptação do indivíduo à sociedade, como se fosse uma escola de trabalho:

Processava-se, portanto, toda uma campanha de reordenação do mercado de trabalho, onde se refreava a vagabundagem e os comportamentos desviantes que atentavam contra a vida, a ordem e a propriedade. O próprio povo devia ser educado para respeitar as autoridades. No que toca às classes populares, seu posicionamento sobre a segurança na cidade pode ser apreciado em duas instâncias: as reclamações contra a ação da polícia e as solicitações para a intervenção da polícia. Em ambas as posturas, revela-se a presença de uma moral de trabalho e de um código de ética burguesa de condenação à ociosidade. Os elementos subalternos da sociedade que se engajam no mercado de trabalho livre em formação são cooptados por este sistema de valores e não querem ser confundidos como vagabundos. A partir de sua inserção social,

identificam-se como pobres trabalhadores e honrados, em tudo opostos àqueles que se colocam à margem do mercado de trabalho formal e que vivem de biscates e da contravenção. Desta forma, reforçam os mecanismos de dominação ao exigirem dos poderes públicos o cumprimento da lei e a correta aplicação das posturas municipais (PESAVENTO, 1992, p. 56-58).

Além disso, acreditava-se que havia indivíduos naturalmente propensos aos maus instintos. Cabia aos poderes públicos sustar esse comportamento por meio de punições para restabelecer a ordem e preservar a vida e a propriedade. Com isso, buscava-se conferir uma explicação "científica" para os maus instintos e justificar a repressão.

A questão de gênero e a escravidão

No que diz respeito à situação social das mulheres nos primeiros anos da República, Pesavento (1992) destaca um trecho do jornal *Gazeta da Tarde*, de Porto Alegre, publicado em 18 de julho de 1895, que sinaliza a desigualdade admitida em relação à posição feminina no meio social:

A mulher é inferior ao homem e por mais que assegurem os escritores empenhados em demonstrar que esta inferioridade é aparente, não conseguem destruir o que é uma verdade incontestável. A mulher brasileira é geralmente uma indolência e ignorância sem pares (*apud* PESAVENTO, 1992, p. 72).

Observa-se, pois, que se admitia a mulher como inferior ao homem por uma condição natural. Para Pesavento (1992), a mulher nessa época encontrava na religião o consolo em substituição à liberdade, igualdade e cultura que lhe faltavam. Nesse sentido, o papel da mulher na sociedade estava selado: nascia encantadora menina, anjo de pureza, crescia casta donzela e filha obediente para tornar-se, então, fiel esposa e mãe dedicada. Predestinada, portanto, a ser a “rainha do lar”. Em relação às mulheres que não exerciam o papel de “rainhas do lar”, Pesavento (1992, p. 77) salienta:

[...] a miséria das classes sociais subalternas levava ao abandono das crianças recém nascidas em terrenos baldios. Essa prática era por todos condenada, culpando-se a mulher que renegava

assim a sua tarefa de mãe e que praticava o pior dos crimes. Seguramente, não era apenas a miséria que levava a mulher a agir de tal forma, mas o seu descaramento, a sua falta de sentimentos ou sua vergonha de não querer criar o fruto do seu erro. Eram frequentes as notícias sobre crianças desaparecidas, crianças que apareciam mortas, meninas que eram seduzidas e arrastadas aos prostíbulos.

Um dos assuntos comentados nos jornais pesquisados foi o regime escravagista, que perdurou por três séculos e meio no Brasil. Em matéria do jornal Cruz Alta de 19 de maio de 1898 ganhou destaque um dos pontos de vista em disputa na época a respeito do escravismo:

A escravidão, vós todos muito melhor do que eu sabeis, existio na Europa desde as primeiras descobertas [...] Não foi, porém, esta espécie de cativo imposta aos vencidos que deu a escravidão então existente no Brasil, como em muitos outros Paizes, um caráter aviltante, um caráter de pura degradação. O escravo resultado das guerras, era já um indício bem pronunciado de progresso, um signal evidente, senão de civilização e adiantamento, pelo menos de caridade, de brandura, de humanidade. Sim, pois ate allí, os prisioneiros colhidos no campo de batalha, eram desde logo, condemnados a servir de pasto as feras, de combustível as grandes fogueiras, de alimento aos peixes do mar, eram em fim, irremediavelmente condemnados a soffrer a dura pena da morte, tornada ainda mais dura pela forma Barbara por que era exercida pelo vencedor.

Passados poucos anos da abolição da escravatura, a matéria “13 de maio”, publicada no jornal Cruz Alta de 12 de maio de 1898, lançava dúvidas sobre as razões que levaram a princesa Izabel a assinar a Lei Áurea:

Fazem amanha 10 anos que o Brazil banuiu de seu solo o elemento escravo, lavando essa macula intamante que nos fazia corar ante os povos civilisados e abrindo as portas ao Governo Republicano. Firmou esse documento glorioso a ex-princesa Izabel; não se lhe attribua, porem, sentimentos generosos por esse facto. Dominada pelo interesse de prolongar a vida da monarchia, que era também a sua, pois amava a opulência, quis

merecer os applausos dos brasileiros que já começavam arepellil-a.

As publicações no jornal, que também foi órgão do Partido Republicano, permitem perceber que a abolição da escravidão, embora contentasse um grande número de cidadãos, não fez com que a população em geral acreditasse que tal ato tivesse sido praticado por bondade ou compaixão. Insinuava-se outra coisa, que a sociedade, mesmo depois de poder observar o novo rumo para o qual se direcionava o país e as melhoras advindas do banimento da escravidão, sabia com certa convicção que o fato se dera por interesse, assim como muitas das outras decisões políticas tomadas na história do progresso moral das civilizações.

Personalidades políticas regionais

Em relação aos atores políticos que se destacaram na região, o jornal Cruz Alta evidencia em várias edições o respeito e a admiração da parte da população para com Júlio de Castilhos, tal como indica o conteúdo publicado em 3 de junho de 1897: “Não é uma heresia, não é uma fábula, a narrativa de sucessos administrativos do Estado, sob a competência, austeridade e civismo do Dr. Julho de Castilhos” (1897, n.p.).

O Estado do Rio Grande do Sul, no imaginário da imprensa local, adquiria grande prestígio aos olhos de grande parte da população. Todavia, havia quem não avaliava que tudo estivesse correndo bem, como se insinuava na imprensa da época. Os contestadores apontavam impasses temerários que, segundo eles, passavam despercebidos pelo povo. No jornal Cruz Alta de 3 de fevereiro de 1898 o cidadão H. Montenegro⁵ destacou que

[...] a República não está feita e muito menos consolidada. Como feita se ainda estamos combatendo restauradores? Como consolidada se as dificuldades do presente são muito maiores que as do passado? Mas eu disse que é mister demolir o que está mal feito para recomeçar a construção desde suas bases fundamentais [...] É indispensável eliminar o que existe para, separando o joio do trigo, formarem-se partidos novos com programas discriminados (1898, n.p.).

⁵ Não foi possível identificar quem foi H. Montenegro no contexto da instauração da Primeira República no Brasil.

A discussão sobre a formação de partidos políticos e as regras a serem cumpridas constituiu um assunto central nos primeiros anos da República. É notável o confronto que se estabeleceu entre opiniões opostas na sociedade. Na edição de 3 de fevereiro de 1898 do jornal Cruz Alta é possível constatar esses enfrentamentos (1898, n.p.):

Estão enganados - Cada vez mais se fortalece e se eleva no conceito publico o nosso partido, ganhando desta sorte os applausos unisonos do Brazil inteiro, porque todos vêem a firmeza com que nos batemos na sustentação de nossas idéias, trabalhando incessantemente pelo engrandecimento de nossa terra, ideal sublime que entusiasticamente aspiramos. Custe o que custar havemos de realizar o nosso programa político, pois temos plena certeza de que colheremos com elle a victoria definitiva que almejamos, tornando assim o querido Rio Grande de um baluarte invencível, respeitável pelas suas crenças, forte pelo seu poder. Em todas as pugnas que temos sustentado com o adversário, apegado a um programma anti-constitucional e anarchico até, como sabe se o parlamentarismo, nos temos erguido bem alto o auri-verde pavilhão republicano, symbolo da victoria, demonstrando assim que comnosco está o povo, que comprehende quão sábio é o governo que intituimos, quanto liberal é a constituição de 24 de fevereiro, que estabeleceu e adoptou a República Federativa, pela qual nos temos batido em combates mil, sahindo sempre vencedores, porque de nosso lado está a razão, o direito e a justiça.

O jornal Cruz Alta expunha frequentemente os ideais e responsabilidades do Partido Republicano para com a República, deixando transparente o seu posicionamento quanto aos resultados advindos da nova forma de governo. No dia 23 de junho de 1898 podemos atestar este fato:

Nosso Partido – No desempenho de uma sagrada e respeitável missão, nos achamos neste posto de honra que nos foi confiado. Advogando os direitos de nosso partido, não despresamos, não nos negamos também a defesa desta terra, procurando sempre vel-a marchar, proseguindo na rôta que lhe foi traçada [...] Desde o inicio desta folha temos nos deglaudiado defendendo os interesses do

grande partido republicano, que maus adversários tentam conspurcar esquecidos do papel que tem a representar, como fiscaes, pois que a opposição, quando bem inspirada, visando unicamente ser a sentinella de uma opinião opposta, deve procurar analysar, criticar mesmo os erros que por ventura commettamos. Mas não é esse o procedimento seguido pelos Federalistas. Elles, na faina inglória de uma opposição, que classificamos de ridícula, enveredaram pelo caminho da difamação pessoal e em vez de atacarem-nos quando nos desviarmos do caminho que delineamos levam o tempo em analysar individualidades (1898, n.p.).

O Partido Republicano, por intermédio do jornal Cruz Alta, buscava justificar e impor a “superioridade” de suas ideias na época. Júlio de Castilhos oferecia resistência tenaz aos monarquistas. O jornal menciona em uma de suas edições de 1898: “Muito embora chovam as protervias calumniosas contra o nosso integérrimo chefe, elle recebera sempre o nosso applauso, porque temos a certeza plena de não se desviar um só instante do caminho traçado ainda na propaganda” (1898, n.p.).

As contradições entre os partidos políticos arrefeceram com a posse do presidente Prudente de Moraes, que se tornou sucessor do marechal Floriano Peixoto em 1894. Seu governo principia com feitos indignos à vista de muitos cidadãos, segundo o jornal pesquisado, tanto que as críticas à sua forma de governar ofuscavam as glórias da até então considerada grande República. Frequentemente, o jornal Cruz Alta trazia notícias sobre o Dr. Prudente e, invariavelmente, elas eram de conteúdo crítico, como fica evidente na publicação de 31 de março de 1898: “Compunge-nos o coração ao examinar quanto de miséria vae pelo nosso paiz, devido tão somente a má administração do Sr. Dr. Prudente de Moraes”. O mesmo jornal destaca na edição de 19 de maio de 1898 a suposta traição de Prudente de Moraes contra Floriano Peixoto:

Politica Nefanda - Resalta a olhos vistos a política pessimista que tem posto em prática o dr. Prudente de Moraes. Quando o paiz tratou de eleger o successor do grande patriota, do destemido republicano Marechal Floriano Peixoto, a escolha recahiu no atual governante, que, pela conducta ate então mantida, parecia se um continuador da sabia e correcta administração tão fecundamente e com exemplos tão dignificantes que nos legou o ínclito soldado. Mas ledou engano!

O velho propagandista que parecia venerar a obra íngente e grandiosa de seu antecessor, tornou-se traidor confesso (1898, n.p.).

Nesse mesmo sentido, a edição de 5 de maio de 1898 destaca que o presidente Prudente de Moraes foi um sucessor inapto para o trabalho, pois suas ações anulavam o esforço titânico de seu antecessor em prol do engrandecimento da nacionalidade, procurando somente desfazer com malévola intenção os feitos mais gloriosos do marechal Floriano Peixoto.

Considerações finais

Esta pesquisa de caráter histórico-hermeneutico se articulou em torno da pergunta sobre as condições socioculturais de Cruz Alta ao final do século XIX em meio às mudanças políticas que se implementavam no Brasil e na região, a partir das memórias registradas em 6 edições do jornal Cruz Alta (Orgam do Partido Republicano), um dos mais importantes periódicos regionais da época. O acervo desse jornal é mantido pela Biblioteca Pública Municipal Josino dos Santos Martins, de Cruz Alta-RS.

O estudo exposto neste artigo contribui, com efeito, para resgatar narrativas, divulgar a história regional (em especial, do município de Cruz Alta), bem como para analisar a disputa política, os costumes da época, a condição do trabalhador assalariado, a condição da mulher e o regime escravagista.

A cidade não equivale a um receptáculo passivo e informe de atividades econômicas, culturais, sociais e tecnológicas, senão que é capaz de oportunizar um ambiente ativo para seu próprio desenvolvimento. O passado, pensado como constituinte das condições do presente, não deixa de existir depois de ter ocorrido, porquanto surte efeitos e está presente na linguagem a partir da qual e na qual constituímos um mundo em comum. A linguagem, nesse sentido, é condição para a compreensão.

Por essa lógica, compreende-se que as cidades ou o meio urbano não só dão suporte para as atividades humanas, mas, também, e principalmente, constituem a base das vivências e instâncias sociais. Desse modo, cabe salientar que, para a compreensão das transformações sociais ocorridas, admite-se que determinados comportamentos

humanos na atualidade guardam resquícios do modo de vida e do imaginário da sociedade regional ao longo da história.

As narrações e argumentos apresentados neste texto dizem respeito à complexidade e singularidade da condição humana, à precariedade e falibilidade de qualquer iniciativa destinada a descrever a totalidade dos eventos que no curso do tempo nos afetam, e ao distanciamento característico do texto, seja em relação ao seu próprio autor, seja em relação aos leitores que, interpelados diante do texto, passam a interpretá-lo em suas próprias circunstâncias. Interpretar fontes primárias e livros constitui uma atividade da qual se exige não julgar o passado sem mediações, com as quais, eventualmente, se esvanecem “evidências” compartilhadas no contexto atual.

O conhecimento histórico, aponta Gadamer (1998), não pretende simplesmente explicar um fenômeno concreto como caso particular de uma regra geral. Esse conhecimento se utiliza de conhecimentos gerais unicamente para compreender o fenômeno histórico em sua singularidade. O que interessa não é saber como os homens, os povos, os Estados, se desenvolvem em geral, mas, sim, como este homem, este povo, este Estado, veio a ser o que é.

Referências

CAVALARI, Rossano V. **O ninho dos pica-paus: Cruz Alta na Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001.

FELIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

JORNAL CRUZ ALTA. **Orgam do partido republicano** (1897). Edição de 3 jun. 1897. Cruz Alta-RS.

_____. **Orgam do partido republicano** (1897). Edição de 26 ago. 1897. Cruz Alta-RS.

_____. **Orgam do partido republicano** (1898). Edição de 3 fev. 1898. Cruz Alta-RS.

_____. **Orgam do partido republicano** (1898). Edição de 31 mar. 1898. Cruz Alta-RS.

_____. **Orgam do partido republicano** (1898). Edição de 19 mai. 1898. Cruz Alta-RS.

_____. **Orgam do partido republicano** (1898). Edição de 23 jun. 1898. Cruz Alta-RS.

PESAVENTO, Sandra Jathaí. **O cotidiano da República**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1977.

POLÊSE, Mario. **Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas**. Coimbra: Coleção APDF, 1998.

POZZEBON, Maria Catharina Lima. **O caminho das tropas e a formação de Cruz Alta**. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA. **Histórico**. Disponível em: <https://cruzalta.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/1>. Acesso em: 13 dez. 2017.

ROCHA, Prudêncio. **História de Cruz Alta**. Cruz Alta: Mercúrio, 1980.